

SESSÕES DO PLENÁRIO

10ª Sessão Extraordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 05 de setembro de 2017.

PRESIDENTE: DEPUTADO LUCIANO SIMÕES FILHO (4º SECRETÁRIO)

À hora marcada, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Angela Sousa, Antônio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bira Corôa, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gika, Heber Santana, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, Jânio Natal, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Junior, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Manassés, Marcelino Galo, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Nelson Leal, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Câmera, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Robinho, Rosemberg Pinto, Samuel Junior, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Targino Machado, Tom Araújo, Zé Neto, Zé Raimundo e Zó. (58)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a nova sessão.

O Sr. Targino Machado:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Zé Neto:- Pela ordem, Sr. Presidente.

A Srª Fátima Nunes:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Esta sessão extraordinária tem o objetivo de apreciar a Mensagem de nº 5.095/2017, de autoria do Poder Executivo, que veta parcialmente o Projeto de Lei nº 21.563/2015.

Questão de ordem, deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, para ser rápido e breve, arguindo o art. 225 do Regimento Interno, quero solicitar a V.Exª uma questão de ordem para a verificação de quórum. E que esta seja feita de forma nominal, que se zere o painel, que se abra o tempo regimental de 15 minutos, Excelência, para não perder tempo.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Pela ordem.

(Tumulto no Plenário.)

O Sr. Zé Neto:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Pela ordem, o deputado José Neto.

O Sr. Zé Neto:- Eu tenho 5 minutos da minha questão de ordem antes de o painel ser zerado...

(O deputado Targino Machado fala fora dos microfones.)

O Sr. Zé Neto:- Não, porque a questão de ordem é minha, na sua contradita.

(O deputado Targino Machado continua se manifestando.)

A Sr^a Fátima Nunes:- Eu pedi uma questão de ordem, mas ainda não me foi concedida.

O Sr. Zé Neto:- V.Ex^a pediu, e eu estou na contradita da sua questão de ordem.

(Tumulto no Plenário.)

O Sr. Targino Machado:- Excelência, quanto ao artigo referente à questão de ordem, eu vou ler aqui, para eles entenderem.

(Tumulto no Plenário.)

O Sr. Rosemberg Pinto:- Só pode pedir questão de ordem com a presença marcada. Não deu presença!

O Sr. Targino Machado:- O painel foi zerado.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Não zerou, não! E ele tem que dar presença para pedir questão de ordem.

A Sr^a Fátima Nunes:- Questão de ordem, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Solicito...

A Sr^a Fátima Nunes:- Peço que o painel seja zerado e que os 15 minutos sejam marcados.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Solicito zerar o painel, por favor.

O Sr. Zé Neto:- São 5 minutos para mim.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Calma.

(Tumulto no Plenário.)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Pronto.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, existe uma questão de ordem e existe a minha contradita. Eu tenho 5 minutos para contraditar e só se pode zerar o painel depois da minha contradita. Isso é óbvio! Inclusive, se formos analisar com mais precisão... Queria até consultar Carlinhos. Na Mesa da Casa, nós temos a aprovação de um instituto que diz que só podíamos pedir questão de ordem a cada meia hora...

(Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Mas esta é uma nova sessão, deputado.

O Sr. Zé Neto:- Não. É meia hora.

Nós estamos na sessão extraordinária. Eu queria que V.Ex^a perguntasse à Secretaria da Mesa. Eu não me lembro da íntegra do texto, mas nele está dito que é a

cada 30 minutos. Então, se é a cada 30 minutos, sem se excepcionalizar as extraordinárias, eu acho que aí não tem o que se falar. São de 30 em 30 minutos, independentemente de ter a continuidade da sessão extraordinária ou não.

Queria dizer a V.Ex^a exatamente isso, porque senão...

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Deputado Zé Neto, esta é uma nova sessão. Não há este intervalo de 30 minutos.

Pela ordem, deputado Targino Machado.

O Sr. Zé Neto:- O painel só pode ser zerado depois dos meus 5 minutos! Eu quero que V.Ex^a aguarde meus 5 minutos, porque, como está lá também, estou fazendo a contradita. Até porque eu posso, na contradita, dizer que não quero. Eu quero pedir, além...

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Deixe ele fazer a questão de ordem...

O Sr. Zé Neto:- Está bem, mas está rolando o tempo. Isso não tem sentido, porque eu queria pedir o painel fosse zerado e que fossem chamados um a um. Isso aí não tem sentido.

O Sr. Targino Machado:- Vejam o que diz o art. 227...

O Sr. Zé Neto:- Solicito aos deputados presentes na Casa comparecer ao Plenário.

O Sr. Targino Machado:- Eu vou soletrar, porque o advogado e deputado Zé Neto...

(...) Leio o art. 227 do Regimento Interno: (Lê) *“Formulada a questão de ordem só se admitirá a manifestação de um outro Deputado, por 5 (cinco) minutos, que pretenda falar em sentido contrário ao ponto de vista suscitante...”*.

Não haveria o que falar em sentido contrário.

Sr. Presidente, eu vou ler devagar o parágrafo único: (Lê) *“(...) Não será admitida nova questão de ordem, enquanto não solucionada a antecedente”*.

Eu fiz uma questão de ordem. V.Ex^a fez o certo, agiu certo ao admitir a procedência da nossa questão de ordem. Pronto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Pela ordem, deputado Rosemberg Pinto.

A Sr^a Fátima Nunes:- Eu também pedi questão de ordem. Não negue a palavra.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, eu queria ver se a gente chegava a um entendimento. Em primeiro lugar, o regramento. Quanto à sessão, ela está calçada porque existem 21 assinaturas postas, ou seja, elas substituem a votação no painel. Logo, deve ser aberta a sessão.

O deputado Targino pede a questão de ordem. Há uma contradição. Após isso, abrem-se os 15 minutos e, obviamente, marca-se. É esse o funcionamento.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- E foi devidamente feito isso. Já tem os 10 minutos.

A Sr^a Fátima Nunes:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Pela ordem, deputada Fátima Nunes.

A Sr^a Fátima Nunes:- Sr. Presidente, nós estamos solicitando a continuidade desta sessão, porque é claro que temos um projeto de lei muito importante e necessário a ser votado, uma vez que ele está sobrestando a pauta dos outros temas que temos a votar.

O Sr. Targino Machado:- Não é projeto de lei, não! É mensagem enviada pelo Executivo.

A Sr^a Fátima Nunes:- Não é projeto de lei, mas é um projeto necessário e está na Casa. Então, temos de seguir a votação.

Aproveito a oportunidade para convocar todos os companheiros e companheiras, deputados e deputadas, que estavam aqui há pouco tempo, para adentrarem o Plenário e marcarem as suas presenças para a gente continuar a sessão e votar o projeto.

(O deputado Targino Machado manifesta-se fora dos microfones.)

A Sr^a Fátima Nunes:- Deputado Targino Machado, tenha um pouco de calma e de paciência, porque não é a arrogância e a falta de paciência que vão resolver o nosso encaminhamento dessas questões aqui. Não adianta ficar manchando o nome de partido nem de deputado, misturando e confundindo a cabeça do eleitor, porque todos estão nos ouvindo no presente momento. Aqui todos nós temos responsabilidades, compromissos e tarefas a cumprir.

Então, Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas que estão nos ouvindo, saibam que faltam 8 minutos para completar o tempo de verificação do quórum de votação. Portanto não atrasem, subam rapidamente as escadas para completar o quórum de votação, porque nós temos que votar para concluir a sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Obrigado, deputada.

O Sr. Antônio Henrique Jr.:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Questão de ordem, deputado.

O Sr. Antônio Henrique Jr.:- Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas, venho aqui ao Plenário para defender o governo Rui Costa, porque na sessão passada o deputado Pablo questionou as obras do governo do Estado no Oeste da Bahia. O nosso deputado Pablo é aguerrido, defensor da Oposição, mas estamos aqui para mostrar essas obras importantes no Oeste da Bahia.

Elenco algumas para deixar claro para o deputado Pablo essas obras importantes no Oeste da Bahia:

(Lê) “**Segurança Pública**

(Entregues e inauguradas.)

- Viaturas para Companhias da Polícia Militar do Oeste;
- Distrito Integrado de Segurança Pública (Disep) de Barreiras;
- Presídio de Barreiras;

- Centro Integrado de Comunicação da Segurança Pública (CICOM) em Barreiras;
- Grupamento do Corpo de Bombeiros Militar de Barreiras;
- Subgrupamento do Corpo de Bombeiros Militar, em Luís Eduardo Magalhães;
- Grupamento Aéreo de Barreiras (Graer) - R\$ 24 milhões;
(Em andamento)
- Construção do Distrito Integrado de Segurança Pública (Disep), em Luís Eduardo Magalhães. Em Buritirama já foi entregue; e em Barra será entregue em breve;

Infraestrutura

(Entregues, investimento do governo do Estado.)

- Sistema de abastecimento de água em Cotegipe, Cristópolis e Angical no valor de R\$ 29 milhões;
- Sistema de abastecimento de água no distrito de Javi, no município de Muquém do São Francisco, no valor de R\$ 9 milhões;
- Sistema de abastecimento de água no distrito de Ranchinho, no município de Coribe, no valor de R\$ 9 milhões;
- Sistema de abastecimento de água nas comunidades de Arroz de Baixo e de Cima, Lagoinha, Morro Pelado, Vazante e Araças, em Formosa do Rio Preto;
- Recuperação de trecho de 78 quilômetros da BA-225, Estrada da Coaceral, em Formosa do Rio Preto;

(Em andamento)

- Manutenção de estradas na região Oeste - 600 quilômetros;
- Recuperação total de 760 quilômetros de estradas, com recursos do empréstimo do Banco Mundial...” Precisamos do apoio dos deputados da base do presidente Michel Temer para que liberem os recursos para podermos recuperar mais de 700 quilômetros de estradas no Oeste da Bahia.

“(...) - Obras de macrodrenagem e urbanização nos bairros da Morada da Lua, Loteamento São Paulo, Vila Juri e Vila Regina, em Barreiras, no valor de 18 milhões, financiados pelo Desenhahia...”, para a Prefeitura de Barreiras ajudar os bairros do município;

“(...) – Lançamento, hoje, do edital de licitação do sistema de abastecimento de água dos povoados de Gameleira, Barroão de Baixo, Barroão de Cima, Bebedouro, Passagem Funda, em Barreiras;

- Lançamento do edital de licitação do sistema de abastecimento de água de Sítio do Rio Grande, em São Desidério;

- Lançamento do edital de licitação do sistema de abastecimento de água nos povoados de Barreiros, Poço do Meio e São José;

- Construção do sistema de abastecimento de água do Km-30;
- Perfuração de poço no Entroncamento Santa Rita, em Riachão das Neves;
- Mutirão de cirurgias na região Oeste;
- Ampliação do Hospital do Oeste com novos leitos e novos serviços de cardiologia e oncologia, além da Rede Cegonha;
- Nova sede do Hemoba, em Barreiras, que está para terminar;
- Autorização para retomada das obras da UPA de Santa Luzia;
- SAC móvel, em Barreiras...”

São várias obras feitas pelo governador Rui Costa no Oeste da Bahia. Tenham certeza de que é o governador que fez o maior número de obras no Oeste da Bahia. Lá, a presença dele está marcada pela sua administração.

Temos várias obras já feitas pelo governador Rui Costa e, também, obras que ainda serão entregues. Então, ele tem serviços prestados na Bahia e, especificamente, no Oeste baiano.

Era isso, presidente, que eu queria defender aqui, mostrando a importância dessas obras no Oeste da Bahia, feitas pelo nosso governador Rui Costa. (Palmas)

O Sr. Angelo Almeida:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Pela ordem, deputado Angelo Almeida.

O Sr. Angelo Almeida:- Obrigado, Sr. Presidente.

Sr^{as} e Srs. Deputados que se encontram nos corredores, faltam 4 minutos. É necessária a presença de, pelo menos, três deputados da Base do Governo para que a sessão não caia.

Mais uma vez, gostaria de informar aos deputados e deputadas da Base que estão nos gabinetes, que faltam 3 minutos e 40 segundos. Portanto, o tempo está exíguo.

Sr. Presidente, mais uma vez, quero informar aos deputados e deputadas da Base que se encontram nos corredores, nos gabinetes, que ainda faltam 3 minutos.

O Sr. Antônio Henrique Jr.:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Pela ordem, deputado Antônio Henrique Jr.

O Sr. Antônio Henrique Jr.:- Então, meu presidente, eu queria terminar o discurso dizendo que o deputado Pablo – já que ele não pode agradecer ao governador – tinha de parabenizar o governo pelas obras feitas na região Oeste da Bahia, onde o prefeito do Democrata, que ele apoia, tem parabenizado o governador Rui Costa, em várias entrevistas, dizendo que ele tem feito várias obras importantes em Barreiras e na região Oeste da Bahia. O prefeito dele, que é democrata, tem feito isso.

Então, deputado Pablo, agradeça ao governador pelas grandes obras no Oeste da Bahia.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Obrigado, deputado Antonio Henrique Jr.

Faltam 2 minutos e 35 segundos. Temos apenas 20 deputados presentes.
(Pausa)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Chegando ao número de 21 Srs. Deputados, temos o quórum necessário para a continuidade da sessão.

Dando continuidade, não há expediente a ser anunciado.

Não há manifestação de oradores no Pequeno Expediente.

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Passamos para o Horário das Representações Partidárias.

Concedo a palavra ao representante do PSL para falar ou indicar orador.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Não há orador.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Não havendo orador, passamos ao Horário das Lideranças Partidárias.

Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo ou ao do PP/PSB/Podemos para falar ou indicar o orador.

O Sr. Zé Neto:- Não há orador.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou ao do Bloco PSDB/PRB/PPS.

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, no horário do Bloco PSDB/PRB/PPS falará o deputado Luciano Ribeiro, por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Com a palavra o deputado Luciano Ribeiro pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Com a palavra o deputado Luciano Ribeiro, pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, vejo sempre que aqui, nesta tribuna, os oradores se esquecem dos problemas da Bahia para tratarem dos problemas nacionais. É certo que os problemas nacionais atingem a todos, mas precisamos neste fórum, neste Parlamento, tratar dos problemas da Bahia.

E quero, aqui, tratar de um problema que é extremamente caro aos baianos, que é o fornecimento de água para as populações que são atendidas pela Embasa, essa empresa que não tem respeito para com o povo baiano. O governo do Estado não a chama à ordem para poder bem servir às localidades onde ela detém a concessão para prestar o serviço público. E vemos cidades como Tanhaçu e Rio do Antônio sendo

tratadas da forma como a Embasa vem tratando, deixando suas populações carentes desse líquido sagrado e que é tão importante para todos.

Essa empresa só se preocupa com os lucros advindos de sua atividade, mas não opera investimentos, não faz com que a carência provocada pela seca seja suprida por ações que são de sua competência, porque é a ela que cabe, como concessionária pública, servir a essas comunidades. E aqui citei duas apenas, para não ser extensivo a todos aqueles municípios que sofrem o flagelo da seca.

Por isso quero aqui solicitar ao governador do Estado, como diversas vezes já fiz, para que olhe para o interior baiano, especialmente para o Semiárido, para que faça com que a empresa responsável por esse fornecimento de água e que tem a concessão pública cumpra o seu papel devidamente, cumpra o seu papel fazendo com que nós possamos de alguma forma suprir essas necessidades. Investimentos são necessários, investimentos são urgentes, e a empresa pública Embasa precisa isso compreender.

Satisfeito, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Mesmo restando 7 minutos? Vamos lá.

(Alguns deputados falam fora dos microfones.)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- V.Ex^a vai?

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Para complementar o tempo de 7 minutos e meio, o deputado Targino Machado.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas e Srs. Deputados, chamo a atenção de V.Ex^{as}. Tenho uma denúncia grave a fazer.

Aqui denunciei e provei que o diretor do Depin passou a mão em R\$ 13.298,00. Ele prendeu três bandidos em 2014, em Feira de Santana, e os R\$ 13.298,00 sumiram. Ele sumiu com o dinheiro. Foi obrigado agora em junho a devolver, o Dr. Ricardo Esteves Brito. E ele devolveu o dinheiro tirando na Caixa Econômica da conta da sua esposa para pagar o DAE, que é o documento de arrecadação próprio. E isso deveria ter sido feito em fevereiro de 2014.

E agora vem o representante das ilegalidades, o deputado Eduardo Salles, na presença de todos os deputados, inclusive de V.Ex^a, deputado Euclides Fernandes, e na presença de Bobô, me pedir que eu receba no meu gabinete o delegado Ricardo Esteves Brito. Deputado Eduardo Salles, vou perdoar V.Ex^a porque não entende de leis. V.Ex^a não entende direito de cavalos quanto mais de leis. Agora, vem me propor, deputado Luciano Ribeiro, que é o jurisconsulto da nossa Bancada.... Olha a proposta indecente que me fez o deputado Eduardo Salles: eu receber no meu gabinete, um gabinete honrado, sério, o delegado diretor da Polinter, que o governador botou lá, um morcego para tomar conta de banco de sangue, uma raposa para tomar conta de

galinheiro, e vem Eduardo Salles defendendo esse criminoso! Está aqui, quem diz é o Ministério Público, não sou eu. E quer levar para o meu gabinete! Leve para o seu! Leve-o para o seu, deputado, e faça dele bom proveito!

Acho é que todos os atos praticados pelo delegado diretor da Polinter estão sob suspeição! Sob suspeição! Nunca recebi uma proposta indecente como esta. O deputado Eduardo Salles, protegendo não sei o quê, quer que eu receba no meu gabinete o delegado da Polinter! Depin, é a mesma coisa! O senhor conhece bem aqueles corredores e aquelas maçanetas, não é?! V.Ex^a, que anda montado a cavalo com esse policial, anda montado com ele Bahia afora, vem dizer que ele conhece a minha família! Ó! Eu não sou sócio das ideias de ninguém! Nem sou sócio dos amigos de ninguém! V.Ex^a fique com a minha parte na amizade com esse camarada, está bom?!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Muito bem, deputado Targino Machado.

Dando continuidade à sessão, o tempo da Liderança do PSD.

O Sr. Joseildo Ramos:- Não há orador.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Não há orador.

Concedo ao nobre Líder do Bloco PSC/PMDB 11 minutos para fazer uso da palavra ou indicar o orador.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sr. Presidente, falará por todo o tempo o deputado Hildécio Meireles.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Obrigado, deputado Luciano Ribeiro.

Então por 11 minutos o deputado Hildécio Meireles, do PMDB.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, senhores e senhoras aqui presentes, retorno a esta tribuna, meu caro e querido deputado José Raimundo, grande líder lá do Sudoeste baiano e da nossa querida cidade de Vitória da Conquista, para fazer uma análise do que foi falado por V.Ex^a e pelos nobres deputados Joseildo Ramos, Maria del Carmen e Fátima Nunes, sobretudo quando se referem aos recursos investidos pelo governo do Estado da Bahia nesses primeiros seis meses, no primeiro semestre deste ano de 2017.

É perceptível a alegria e a manifestação de contentamento das Sr^{as} e dos Srs. Deputados que compõem a base governista e também o deslumbramento com que se manifestam em favor do governo e dos números, os quais, segundo eles, tornam a atual uma gestão positiva para a nossa Bahia. Eu não vou aqui desmentir números. Contra fatos não há argumentos, como bem daqui falou um desses deputados que citei.

A Bahia, no primeiro semestre de 2017, tem como investimento o valor de 1 bilhão e 24 milhões de reais. Isso é verdade. A Bahia provavelmente - aliás, de fato - é o segundo Estado que mais investiu no primeiro semestre de 2017.

Entretanto é bom ressaltar desta tribuna a origem desses recursos que foram investidos, esse 1 bilhão e 24 milhões de reais. Sabemos que cerca de R\$ 700 milhões têm origem no Tesouro Nacional, no Orçamento do governo federal. São aproximadamente R\$ 700 milhões, como falei, sendo quase R\$ 400 milhões de repasses voluntários que a União fez para a Bahia pela sua vontade própria, como também quase R\$ 250 milhões na forma de financiamento em que o governo do Brasil é aval. É aval!

Vale lembrar, deputado Zé Neto, que desse R\$ 1 bilhão 509 milhões foram investidos no metrô, no sistema metroviário de Salvador. E que o governo da Bahia só aportou R\$ 30 milhões. O restante do recurso todo tem origem no Tesouro Nacional.

Na semana passada o deputado Joseildo Ramos, em um aparte brilhante que me fez, demonstrou o esforço - que não vou negar - do governo anterior ao ir buscar esses recursos. Mas também não posso negar o esforço do atual governo federal em continuar mandando para a Bahia os recursos necessários para a continuidade da obra do metrô de Salvador.

Há pouco, o deputado Rosemberg Pinto fazia uma crítica à minha fala quando eu disse que a Bahia tem perdido capacidade no setor industriário. Há uma desindustrialização aqui na Bahia. E isso são fatos, números que os analistas econômicos têm nos mostrado. Vou citar daqui, por exemplo, que no primeiro semestre deste ano a indústria nacional cresceu apenas 0,5%, enquanto a baiana sofreu uma queda de 7,4%. Portanto, a média nacional é positiva, mas a baiana apresenta uma queda nesse percentual no setor industrial do nosso Estado.

Ainda nesse mesmo período, (Lê) “A produção da indústria de transformação, que é o principal segmento do setor industrial, com empresas petroquímicas, montadoras de automóveis e outras, vem despencando ano a ano, com muitas empresas fechando e outras reduzindo a produção. A indústria de transformação baiana, que em 2004 representava 16,5% do PIB, reduziu sua participação para 13,9% em 2010 e deve fechar 2017 com apenas 9% na formação do PIB baiano.”

(...) Portanto, quando chego a esta tribuna, meus caros deputados Luciano Ribeiro e Adolfo Viana, para falar sobre determinados assuntos, trago sempre a luz da verdade. Então, meu nobre deputado Joseildo Ramos, Líder do Partido dos Trabalhadores, meu caro deputado Zé Neto, Líder da Bancada do Governo nesta Casa, esta é a grande realidade.

Sabemos da importância, meu caro deputado Joseildo Ramos, para a capital da Bahia, para Salvador dessa obra do metrô. Isso é claro e evidente, quem não vai admitir que essa é uma obra de fundamental importância para a nossa capital?

Não quero tirar o mérito do governo da Bahia, mas tenho debatido desta tribuna – e continuarei insistindo porque é a pura verdade – a origem dos recursos que têm sido aplicados no sistema metroviário da Bahia. Reitero este nosso

pronunciamento de estar sempre demonstrando a verdade aqui, como costumeiramente faço desta tribuna.

O Sr. Joseildo Ramos:- V.Ex^a me concede um aparte?

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Concedo o aparte ao deputado Joseildo Ramos.

O Sr. Joseildo Ramos:- Ligeiramente, para não atrapalhar sua fala.

Quero continuar debatendo, trabalhando naquilo que é fato, naquilo que é verdadeiro. Devo dizer que todo governo estadual e municipal que consegue alavancar recurso de outro ente federado com projeto na mão, ele está bem.

Acho que esse papel foi cumprido pelo ex-governador Jaques Wagner, quando se propôs a dar vida a um projeto que ninguém dava mais confiança nenhuma, que era o projeto passado do metrô. O mérito do governo foi fazer aprovar com recursos federais. E existem mandamentos constitucionais que disciplinam essa matéria.

Então, o mérito da formulação do projeto é do ex-governador Jaques Wagner, e o governador Rui Costa está dando continuidade. Com isso, não se nega a vinda do governo federal para fazer a provisão dos recursos.

Só estou tratando desse fato. Não estou tirando a responsabilidade de cada ente federado. O governo da Bahia tinha um projeto na mão que tirou do ostracismo uma obra que nos envergonhava, só isso.

Muito obrigado.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- O.k., deputado Joseildo Ramos, concordo plenamente com V.Ex^a. É isso que queremos, que a verdade seja estabelecida.

Ouvi a nossa querida deputada Maria del Carmen falando aqui que a Bahia não possuía projetos de infraestrutura, por isso não vinham os recursos para a Bahia.

Lembro-me da rotatória de São Cristóvão, quem realizou essa obra? Se não me engano, foi o ex-governador Jaques Wagner quem realizou essa obra da rotatório de São Cristóvão, da rotatória do Aeroporto, logo quando assumiu o governo. Portanto, o projeto era do governo anterior.

Da mesma forma, a Via Expressa já tinha projeto pronto e acabado para o governo que antecedeu o do ex-governador Jaques Wagner fazer a obra. Infelizmente, o tempo não deu. Ainda bem que o ex-governador Jaques Wagner a realizou quando chegou ao governo. Mas já tinha projeto.

O que não pode, meu caro deputado Targino Machado, é querer justificar e gastar R\$ 100 milhões no projeto de uma ponte que é, continuo achando, uma obra imaginária. Afinal de contas, já são três eleições que usam a construção da ponte Salvador – Itaparica como bandeira de campanha. E logo depois da eleição esse discurso vai para o fundo das gavetas. Essa é a grande realidade.

Portanto, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, a nossa intenção é trazer para esta tribuna o debate, a discussão sempre prezando pela verdade.

Obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Obrigado, nobre deputado Hildécio Meireles.

Dando seguimento à sessão, concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria ou ao do Bloco Parlamentar PCdoB/PDT/PRP para falar ou indicar o orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Zé Neto:- Não há orador.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Não havendo orador, concedemos a palavra ao nobre Líder da Minoria ou ao do Bloco Parlamentar DEM/PV para falar ou indicar o orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Não há orador.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Com a palavra o nobre Líder do Governo e da Maioria ou o do PT para falar ou indicar o orador.

O Sr. Zé Neto:- Não há orador.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Ordem do Dia.

Em discussão única e votação...

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Questão de ordem, deputado Leur Lomanto.

(Vários deputados falam ao mesmo tempo fora do microfone.)

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Para verificação de votação, não...

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Em discussão única e votação a Mensagem nº 5.095/2017, de procedência do Poder Executivo (**Publicada no DL em 13/07/2017**). Trata-se do veto parcial ao Projeto de Lei nº 21.563/2015, que institui a Semana Estadual de Mutirão de Natal, ação desenvolvida pela Igreja Adventista do Sétimo Dia, através da ADRA - Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais.

Para relatar a matéria, deputado José Raimundo.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Para relatar, deputado José Raimundo.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Sr. Presidente, nobres colegas deputados e deputadas, o público...

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Presidente, eu gostaria de solicitar a V.Ex^a o quórum de votação.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Depois da leitura.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- No âmbito das comissões... Não, quero pedir o quórum. Ora, se vai discutir o projeto, eu quero pedir o quórum no âmbito das comissões, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Depois.

O Sr. Zé Raimundo:- Somente após a leitura do parecer que ele vai ser votado.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Deputado Zé Raimundo, conclua a leitura do parecer...

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Pois não, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- (...) E logo depois a questão de ordem...

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Tudo bem, depois que ele ler eu peço a verificação de quórum no âmbito das comissões.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- No âmbito das comissões.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Nobres deputados, (Lê) *“Parecer da Comissão de Constituição e Justiça...”*

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Sr. Presidente, Sr. Presidente...

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- *“(...) ao veto parcial do Governador do Estado...”*

O Sr. Leur Lomanto Junior:- (...) eu gostaria de saber se há quórum nas comissões. Se não houver, o relator não pode nem ler o relatório. Eu quero pedir a verificação de quórum no âmbito das comissões...

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- *“(...) ao projeto de lei nº 21.563/2017, de autoria do deputado...”*

O Sr. Leur Lomanto Junior:- (...) Se não houver quórum, não pode nem ler o relatório. Quero saber se há quórum na comissão. É regimental, Sr. Presidente, a verificação no âmbito das comissões...

(Deputados falam fora do microfone)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Deputado Zé Raimundo...

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Eu estou pedindo, mas o presidente não deferiu nem indeferiu a minha questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Defiro a questão de ordem do deputado Leur Lomanto Junior.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Eu agradeço.

(Vários oradores falam ao mesmo tempo.)

O Sr. Zé Neto:- Presidente, está tudo em paz. O senhor autorizou a leitura. Só depois da leitura, Sr. Presidente.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Ele já deferiu. Presidente, eu solicito a V.Ex^a a verificação de quórum no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça. Se não tiver quórum, como é que ele vai ler? Não pode.

O Sr. Zé Neto:- Tem um orador na tribuna. Foi deferida a leitura. Depois da leitura, V.Ex^a pede. Não tem problema.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Estou aqui por ordem do Sr. Presidente.

O Sr. Zé Neto:- Já foi deferida a leitura. Já começou a leitura.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Não começou a leitura, não, Sr. Presidente. V.Ex^a deferiu a questão de ordem, e eu solicito que inicie ...

O Sr. Zé Neto:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Pela ordem, o deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, eu não entro em nenhuma disputa dessa, porque não preciso. V.Ex^a autorizou o deputado Zé Raimundo a ler o parecer. Já tendo o deputado Zé Raimundo começado a sua leitura, ele não pode ser mais interrompido. O deputado Leur pediu quórum de votação, mas a leitura já tinha sido iniciada. Depois da leitura, ele pode pedir. Mas, durante a leitura do parecer, que já foi iniciada com a autorização de V.Ex^a, não tem sentido, deputado Luciano, voltar novamente. Isso não existe.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Eu solicito a V.Ex^a que comece a verificação de quórum, como V.Ex^a deferiu a nossa questão de ordem.

O Sr. Zé Neto:- O quórum de votação que ele pediu foi o geral. Depois eu disse: “ Deputado Leur, o quórum de votação não pode ser pedido agora, porque agora é só a leitura”. Então, ele se acomodou. Depois veio e disse que queria pedir o quórum. Assim não pode, gente.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Pode, sim. Eu tenho todo o direito de pedir verificação de quórum. Não diz no Regimento que eu não posso pedir verificação de quórum, com orador na tribuna, na Comissão. É diferente: é na Comissão; não é no plenário. Eu pedi verificação de quórum no âmbito da Comissão. Esse assunto já foi amplamente discutido aqui em outras sessões.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, nós estamos no plenário. Para pedir quórum...

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, se todo mundo aqui falar sem V.Ex^a conceder a questão de ordem, isso aqui vai ficar uma verdadeira bagunça.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, só se pode votar a continuidade da sessão às 17h46min.

O Sr. Leur Lomanto:- No âmbito da Comissão. É outra coisa que não tem nada a ver.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Aqui não é comissão. Aqui não pode porque não tem 30 minutos V.Ex^a já tinha liberado para ele ler o parecer. Depois de ler, ele vai pedir quórum de votação.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Ele já deferiu.

O Sr. Adolfo Viana:- O presidente já deferiu. Vamos respeitar o deferimento do presidente.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- A matéria eu estou lendo no plenário. A votação pode ser particularizada, mas a matéria é lida no plenário.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Deferida a questão de ordem do deputado Leur Lomanto Junior, vamos conferir o quórum no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça.

O Sr. Zé Neto:- Não, não, isso não existe, só na hora da votação. A leitura no plenário...

(Vários deputados se manifestam ao mesmo tempo fora do microfone.)

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- A matéria está no plenário, não está na Comissão...

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, pela ordem.

Solicito de V.Ex^a o embasamento legal para essa posição. V.Ex^a é magistrado, está na Presidência da Casa Legislativa, eu peço embasamento legal. Não tem embasamento legal isso. No Direito Público é o que está escrito, não é analogia...

O Sr. Adolfo Viana:- Presidente, ele não pode discutir com a Presidência.

O Sr. Zé Neto:- Não está escrito isso no Regimento.

O Sr. Adolfo Viana:- Ninguém aqui embaixo pode discutir com a Presidência, nós temos que respeitar o deputado que está exercendo o papel.

O Sr. Rosemberg Pinto:- O.k. Presidente, Comissão de Constituição e Justiça, só é ela. Então, pode fazer a verificação de quórum.

O Sr. Zé Neto:- Não, não pode abrir um precedente desse, não. Eu não estou preocupado com maioria, estou preocupado com o precedente.

Carlinhos, é assim, é?

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Deputado Rosemberg Pinto, presente; deputado Luciano Ribeiro, ausente; deputado Antonio Henrique Júnior, presente; deputado Euclides Fernandes, presente; deputado Heber Santana, ausente; deputado Pablo Barrozo, ausente; deputado Roberto Carlos, ausente; deputado Zé Raimundo, presente. Quatro.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Os suplentes agora.

O Sr. Bira Corôa:- Olha eu aqui.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Mas Bira só é suplente...

(Vários deputados se manifestam ao mesmo tempo fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- (...) de Roberto Carlos.

Deputado Bira Corôa, presente. Cinco, já tem quórum. Continua a leitura...

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, eu queria que V.Ex^a fizesse uma consulta à Secretaria da Mesa para que V.Ex^a possa embasar essa sua atitude, porque a leitura do parecer em plenário na hora da votação, tudo bem. Sabe por que, Sr. Presidente? Vou explicar o porquê. Porque V.Ex^as ao pedirem vista, não cabe mais o pedido de vista...

(Vários deputados se manifestam ao mesmo tempo fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Deputado Zé Raimundo, por favor, dê continuidade à leitura do relatório.

O Sr. Targino Machado:- Zé Neto aqui agora quer ser o xerife, é? O dono da casa, é? Esta Casa não tem dono, não, rapaz!

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Deputado José Raimundo...

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Eu peço silêncio ao Plenário...

O Sr. Targino Machado:- Quer presidir a sessão?

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- (...) senão não leio, ocupo aqui os 40 minutos e não leio.

Sr. Presidente, eu queria chamar a atenção dos colegas, porque, na verdade, o veto do governador é parcial, apenas a um artigo. Mantém o projeto que é uma iniciativa do deputado Aderbal Caldas, que (lê) *“Institui a Semana Estadual do Mutirão de Natal, a ser comemorada a partir do primeiro sábado do mês de agosto em cada ano, com o objetivo de arrecadar doações, tais como alimentos, roupas e brinquedos, que serão distribuídos em comunidades carentes, durante os festejos natalinos. A coordenação do evento será desenvolvida pela Adra – Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais e pela Ação Solidária Adventista, órgãos vinculados à Igreja Adventista do Sétimo Dia.”*

Essa é a matéria. O veto é apenas tirando a participação da Secretaria de Educação, porque fere exatamente o art. 80.

Portanto, Sr. Presidente, nós somos favoráveis ao veto do Sr. Governador e mantendo o espírito da lei. Esse é o nosso parecer.

O Sr. Euclides Fernandes:- Excelência, me permite um aparte?

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Pois não, deputado.

O Sr. Euclides Fernandes:- Como membro da Comissão de Constituição e Justiça, gostaria que V.Ex^a explicitasse as razões do veto posto pelo Executivo.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Somente o veto parcial!

(Lê) *“Encaminha à Assembleia Legislativa, o Exm^o Sr. Governador do Estado, a Mensagem nº 5.095/2017, através da qual comunica a esta Casa sua oposição parcial ao Projeto de Lei nº 21.563/2017, de autoria do eminente Deputado Aderbal Caldas, o qual ‘institui a Semana Estadual de Mutirão de Natal, ação desenvolvida pela Igreja Adventista do Sétimo Dia, através da ADRA – Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais.’*

O veto, com amparo do §1º do art. 80, combinado com o inciso V do art. 105, ambos da Constituição do Estado, incide sobre o parágrafo único do art.1º e sobre o art.2º da proposição, registrando, o Sr. Governador, na Mensagem encaminhada a esta Casa, que assim procedeu ‘porque o conteúdo do art. 2º da referida Proposta confere atribuições a órgãos da Administração Pública, se imiscuindo materialmente no âmbito da competência privativa do Chefe do Poder Executivo, em desacordo com o inciso VI do art. 77 da Constituição Estadual e porque o conteúdo do parágrafo único do art. 1º está em desarmonia com a laicidade estatal prevista na Carta Magna’.” Essa é a matéria.

O Sr. Euclides Fernandes:- Ainda para esclarecimento, Excelência.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Não pode, Sr. Presidente! Estou lendo o parecer, Sr. Presidente!

O Sr. Euclides Fernandes:- Na condição de membro da Comissão de Constituição e Justiça, o projeto está sendo debatido, discutido na Comissão de Justiça, apesar do espaço ser no plenário.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Depois divirja do parecer.

O Sr. Euclides Fernandes:- Quero saber o que foi aprovado pelo Executivo, o que foi que ele sancionou no projeto.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Repare, a lei continua vigorando. Ele sancionou, não, ele está vetando a participação da Secretaria de Educação, só isso. Ele retira a Secretaria de Educação e mantém a lei aprovada. Só isso.

Com tudo isso, Sr. Presidente, somos favoráveis ao projeto de lei do Sr. Governador que veta parcialmente o projeto de lei.

(Não foi revisto pelo orador, nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Obrigado, deputado José Raimundo.

Agora em votação o parecer do deputado Zé Raimundo no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Não, a Comissão de Constituição e Justiça já foi, agora é no Plenário.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. (Pausa) Aprovado no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão única e votação mensagem 5.095/2017 de procedência do Poder Executivo. Veto parcial ao projeto de Lei nº 21.563/2017 que (lê) *“institui a Semana Estadual de Mutirão de Natal, ação desenvolvida pela Igreja Adventista do Sétimo Dia, através da ADRA – Agência Adventista de desenvolvimento e Recursos Assistenciais.”*

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Questão de ordem do deputado Leur Lomanto.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Sr. Presidente, solicito a V.Ex^a que realize a verificação de quórum de votação, zere o painel e marque o tempo de 25 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Pela ordem o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Calma, deputado! Eu ainda vou contraditar, querido deputado Leur.

Sr. Presidente, primeiro, estamos tratando aqui de uma matéria, que é o veto parcial do governador ao parágrafo 1º e ao art. 2º de um projeto, que geram inconstitucionalidade ao projeto. O projeto institui a semana, mas diz que é a organização privada que vai dirigir a semana todos os anos pelo governo do Estado da Bahia.

Acabamos votando aqui isso que é inconstitucional. O governador Rui Costa está fazendo, com esse veto, a recuperação de um projeto que institui pelo Estado uma semana de prevenção, mas diz que é uma instituição privada quem vai organizar

o evento todos os anos. Ou seja, não vejo porque estamos nessa confusão toda para votar um projeto...

O Sr. Leur Lomanto Junior:- V.Ex^a está desmerecendo o trabalho da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia, da qual é presidente, bem lembrado.

O Sr. Rosenberg Pinto:- A nossa Casa...

Sr. Presidente, primeiro, essa votação para vencer o veto do governador precisa de 38 votos. Então, se nós, obviamente, não temos nem quórum para votar, significa que não terá voto suficiente para vencer o veto do governador.

E a minha sugestão é exatamente o contrário, se precisa de 38 votos para derrubar, mas não os tem, automaticamente o veto é aprovado. Automaticamente. É por isso que não se pode nesse momento... Se está colocado em votação e não se tem o número suficiente de votos, ou de deputados, automaticamente o veto do governador é aprovado.

(Um deputado fala fora do microfone: “Isso é ditadura militar.”)

O Sr. Rosenberg Pinto:- Quero, Sr. Presidente, dizer que, primeiro, a Comissão de Constituição e Justiça votou aqui, neste momento, pela aprovação do veto do governador.

Então, queria conclamar todos os deputados e deputadas, mesmo discordando do posicionamento do deputado Leur, que pediu essa verificação de quórum de votação, uma vez que, do ponto de vista lógico, o veto estaria aprovado porque não tem, no momento da votação, sequer 32 deputados presentes, e nós aprovaríamos já, automaticamente, o projeto.

Mas, nesse sentido, quero conclamar todos os deputados e deputadas a se fazerem presentes a este Plenário, para que se possa ter um quórum de 32 deputados e possamos iniciar a votação desse veto, que é a recuperação, obviamente, da credibilidade, para que possamos ter um projeto aprovado constitucionalmente, ao invés de manter um projeto que leva à inconstitucionalidade e ao descrédito, obviamente, da Casa Legislativa.

Por isso, pediria que marcasse os 25 minutos regimentais, para que possamos convocar os deputados para darem presença e continuidade à votação do projeto.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Obrigado, deputado Rosenberg.

Defiro a questão de ordem do deputado Leur Lomanto.

Por favor, zerem o painel e marquem o tempo de 25 minutos para a verificação do quórum de votação.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Questão de ordem do deputado Leur Lomanto Junior.

O Sr. Targino Machado:- Inscreva-me.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Peço que abra os 25 minutos primeiro, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Zerado o painel.

Questão de ordem do deputado Leur Lomanto Junior.

O Sr. Zé Neto:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Deputado Zé Neto, questão de ordem do deputado Targino Machado, e logo depois, o deputado Zé Neto.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Sr. Presidente, eu solicitei a verificação de quórum de votação, procurando mostrar a V.Ex^a e à sociedade que nos assiste através da *TV Assembleia* que o Governo não consegue se entender. Isso tem sido uma praxe em todas as votações realizadas aqui, na Assembleia Legislativa da Bahia, o Governo só consegue votar as matérias se, porventura, a Oposição contribuir com o quórum.

Mais uma vez, o Governo demonstra a sua fragilidade e a sua insatisfação com o governo do PT, porque sabemos que o Governo não tem quórum suficiente para realizar essa votação na tarde de hoje.

Estamos em uma plena terça-feira de trabalho, às 17h55min, quando deveriam estar aqui os parlamentares da Bancada do Governo a discutir os problemas do Estado da Bahia, mas o que assistimos, realmente, é uma base enfraquecida, insatisfeita com o governador Rui Costa e com o seu secretariado.

Pois bem, o deputado Rosemberg colocou aqui as suas argumentações para a votação desse veto. Agora o que nos chama a atenção é que esse projeto foi amplamente discutido na Comissão de Constituição e Justiça desta Casa. Foi discutido e aprovado na Comissão de Constituição e Justiça. O relator deu parecer favorável à constitucionalidade do projeto e o Plenário referendou a decisão da Comissão de Constituição e Justiça. Mas, como é de praxe, em todos os projetos oriundos dos Srs. Parlamentares há uma grande má vontade por parte do governador Rui Costa em sancionar os projetos que são apresentados pelos parlamentares desta Casa.

Essa tem sido uma grande dificuldade: de nós parlamentares aprovarmos projetos de lei neste Parlamento, essa que é a principal função do parlamentar, que é elaborar as leis do nosso Estado. Infelizmente, quando conseguimos aprovar uma lei e essa lei vai para a sanção do Sr. Governador, se inventam as inconstitucionalidades, se leva todo tipo de problema para que os projetos dos deputados não sejam sancionados.

Por fim, ratifico a necessidade de uma verificação de quórum de votação para comprovar que a Base do Governo está enfraquecida e insatisfeita com o atual governador, Rui Costa.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Obrigado, deputado Leur Lomanto Junior. Questão de ordem do deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Eu quero, apenas... deputado Leur, eu ouvi V.Ex^a aqui. O governador Rui Costa não inventou inconstitucionalidade. Vou apenas ler aqui, sei que sua assessoria tem valor. Olhe bem, foi votado direto aqui no Plenário ...

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Mas foi sem discussão? Então é um problema grave da Comissão de Constituição e Justiça.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Olhe o que diz o artigo (Lê): *“Fica instituída a Semana Estadual do Mutirão de Natal...”*. Até aí não há nenhum problema. Só que no parágrafo único diz que esse mutirão, coordenado pelo Estado, deputado Leur – e aí vale para qualquer governo, não só para o atual governador –, (Lê) *“A coordenação do evento será desenvolvida pela ADRA - Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais e pela Ação Solidária Adventista, órgãos vinculados à Igreja Adventista do Sétimo Dia”*. Nada contra a Igreja Adventista, tenho um respeito muito grande. Mas nós não podemos aprovar uma semana estadual com relação a qualquer tipo de atividade e a coordenação dela ser feita por uma entidade privada. Isso não pode. Na realidade, talvez no meio de tantos projetos que votamos no ano passado, obviamente, pode ter passado despercebido.

A outra coisa é o art. 2º, que diz: *“Durante a semana do evento, os (as) diretores (as) dos colégios da rede estadual de ensino ficam autorizados (as) pela Secretaria da Educação a permitir o acesso de integrantes da Comissão Organizadora do Mutirão de Natal, que manterá contato com os alunos, motivando-os a participar do movimento, arrecadando doações de alimentos, roupas e brinquedos dos comerciantes e moradores do bairro onde se localiza a unidade escolar”*. Ou seja, independentemente de votarmos aqui – quantos projetos votamos aqui neste momento, e não quero levantar quem votou, quem não votou, quero assumir a responsabilidade como parte desta Casa Legislativa –, esses dois vetos que o governador está fazendo – são apenas para esses dois aqui – não são invenção. É algo que qualquer parlamentar, se nós tivéssemos... é porque nós trouxemos esses projetos, como vários outros, direto para o Plenário. E não fizemos o debate, que é uma reivindicação, inclusive, da Oposição: que façamos todos esses debates nas diversas comissões. Talvez não tivéssemos, obviamente, cometido essa imprecisão.

Por isso que eu tenho convicção: o governador Rui Costa está corretíssimo quando apresenta esse veto aqui. Obviamente que não é uma decisão de governo. Essa é uma decisão de Estado, porque, sem dúvida alguma, isso impactará em qualquer governante. Hoje é do PT, a próxima será do PT, mas quem sabe daqui a 8, 12 anos pode ser de outro agrupamento político. E isso, obviamente, é uma decisão de Estado.

Por isso, eu queria ponderar com os deputados, o deputado Leur, que suspendessem o pedido de verificação de quórum e que votássemos por aclamação esse projeto, que é um projeto bom para o Estado da Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Obrigado pela contribuição, deputado Rosemberg. Continuamos aqui acompanhando o tempo para o quórum de votação de 32 deputados.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Questão de ordem, deputado Leur Lomanto Junior, mais uma vez.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Sr. Presidente, eu não quero aqui entrar no mérito da discussão que o deputado Rosemberg trouxe neste momento a este Parlamento. Até porque é público e notório nesta Casa a má vontade por parte do Líder do Governo, meu querido amigo deputado Zé Neto, e da Secretaria de Relações Institucionais em votar projeto de deputado.

(O deputado Zé Neto fala fora dos microfones.)

Isso é claro, deputado Zé Neto, a dificuldade que estamos encontrando em votar projetos.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Mas isso não é de responsabilidade do deputado Zé Neto, não.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Todos os projetos apresentados pelos parlamentares, o deputado Zé Neto pega e manda para a Serin para ter autorização, se pode tramitar. E isso não podemos aceitar. É prerrogativa do parlamentar trazer os projetos de lei para serem apreciados na Comissão de Constituição e Justiça, para que seja dado o parecer do relator, seja votado no âmbito da Comissão, que se traga ao Plenário, se discuta e se aprove.

Ora, se porventura a Comissão de Constituição e Justiça não identificou nenhum tipo de inconstitucionalidade, o Plenário ratificou e lá no futuro o governo e a sua assessoria jurídica, a Procuradoria do Estado identificaram algum tipo de inconstitucionalidade, que traga e que se vote o veto. Não discordo do mérito com relação a isso. Não estou discutindo.

Agora, eu faço questão de solicitar verificação de quórum porque é impossível... estamos numa terça-feira, deputado Adolfo Viana, às 18h. Terça-feira aqui é dia de votação. E a obrigação de votar e de dar quórum para que se possa apreciar os projetos do governo é da Base do Governo. A Base do Governo consta de 43 deputados estaduais e não tem condição de colocar 32 parlamentares para votarem os projetos de interesse do governo? É isso que estamos querendo mostrar para a população.

Hoje de manhã já não houve quórum na Comissão de Constituição e Justiça por conta da ausência dos deputados de Governo. O que está acontecendo? Eu soube que teve um café da manhã em que se resolveu tudo, em que o governo apaziguou os ânimos. Mas, pelo jeito, os ânimos continuam exaltados. A Base do Governo está em frangalhos, estremecida, não está satisfeita com o atual governador, Rui Costa. Está cada vez mais claro, pela falta de compromisso da Base com os Sr. Governador, Sr. Presidente.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Zé Neto:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Questão de ordem, deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, eu queria conclamar o deputado José de Arimateia a dar presença, porque o projeto é de autoria dele. (Pausa) Desculpe, é projeto do deputado Aderbal Caldas.

Deputado Leur, concordo num ponto com V.Ex^a: quem tem obrigação de dar quórum somos nós, do Governo. Isso eu não debato, porque constituímos uma maioria para garantir que os projetos tenham continuidade e andamento na Casa. Concordo que a responsabilidade do quórum é do governo.

Agora, os Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas, muitas vezes, têm muitas atividades no interior, tem muitas atividades nas secretarias, acabam utilizando esses momentos para percorrer as diversas secretarias. Por isso a dificuldade com o quórum de votação, mas reafirmo a posição do governador Rui Costa de que não é porque ele não queira votar os projetos de deputados. É ajudando a Casa Legislativa a fazer essas duas alterações – com cujo mérito o próprio deputado Leur concorda – para corrigir o projeto. É um projeto importante, o do mutirão de Natal, mas não pode ser coordenado por uma entidade privada nem se pode autorizar que os professores liberem as diversas pessoas para entrar em sala de aula e solicitar aos alunos essa participação.

Deputado Luciano Ribeiro, eu, como presidente, e V.Ex^a, como vice-presidente da CCJ... Quero agradecer à Presidência da Casa, que instituiu um grupo de trabalho de advogados para fazer uma análise mais criteriosa de todos os projetos e, assim, votarmos na CCJ sem incorrer em determinadas imprecisões, como essa que estamos debatendo na Casa.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Questão de ordem, deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, primeiro, queria que V.Ex^a chamasse nominalmente os deputados que estão na Casa e os que não estão. Mas eu queria, Sr. Presidente, dizer que acho que, pelo menos, há uma coisa positiva na tarde de hoje: a Oposição, ao pedir o quórum de votação, não inscreveu nenhum nome para discussão. Não teremos mais essa obstrução para votar, na semana que vem, o projeto do BNDES.

Eu queria dizer a minha Bancada que, na próxima semana, se agora não tivermos quórum, teremos duas votações. Se tivermos quórum, teremos apenas uma, porque votaremos esse agora.

Eu peço aos deputados que estão na Casa que venham ao Plenário para que possamos fazer a votação desse projeto. O projeto já está com discussão encerrada. Não vai mais tomar mais nenhum tempo, na semana que vem, se for necessário ser votado. Eu acho que já demos um passo largo para desobstruir a pauta. Então, na próxima semana, não teremos nenhum projeto obstruindo a pauta, obstaculizando a pauta.

Então, na próxima semana, teremos duas votações aqui: a do BNDES, que é um projeto de lei que diz respeito à extensão da dívida com o BNDES, da melhoria do perfil da dívida do Estado com o BNDES. E eu quero até informar que nesse aspecto é apenas uma autorização. Não quer dizer que já temos todos os parâmetros. O governo tem autorização da Assembleia e com essa autorização vai ao BNDES

para saber quais são as condições que serão oferecidas para que o Estado possa reformular o seu perfil da dívida.

É uma medida importante, não é uma medida de governo, é uma medida de Estado, e aí repercutirá não só no nosso governo, mas em outros governos o processo de saneamento e melhoria do perfil da dívida, o que eu acho algo extremamente salutar e vai dentro da ótica do que tem sido trabalhada pelo governador Rui Costa.

E quero aqui, inclusive para responder ao nosso deputado Leur Lomanto, que tanto perguntou o que é que nós iríamos fazer, o que é que o governo estava fazendo, o que é que o governador estava fazendo na China. E a mídia está aí trazendo a todo momento o quanto foi importante para a FIOCRUZ, para a ponte Salvador-Itaparica, para a construção de um caminho para que seja possível na Bahia a produção de insulina e outras tantas situações que dizem respeito a investimentos da China no nosso Estado. Então, foi uma viagem extremamente valiosa.

Quero aqui parabenizar o governador Rui Costa mais uma vez por sua atitude, que engrandece a nossa Base. Sua atitude engrandece os comandados do seu governo, que já têm pelo governador uma admiração que ainda maior se torna à medida que ele mostra sucessivamente o seu empenho, a sua determinação.

No próximo dia 8, o governador já terá agenda em nosso Estado. Estará em Belo Campo e, logo depois, estará aqui, na segunda-feira, cumprindo outras agendas. Isso mostra seu empenho. Foi uma viagem cansativa, longa, mas o governador Rui Costa dá essa demonstração que só nos empolga, que só nos agiganta, que só nos dá determinação para continuar lutando.

Eu quero pedir aos deputados e deputadas que ainda se encontram na Casa que adentrem o Plenário. Mas está tudo em paz, pelo menos a Oposição usou a estratégia de não pedir vistas. E, em não pedindo vistas, nos levou para a votação. Nós que pensávamos em fazer um debate em torno do assunto, que é tranquilo, agora vamos aguardar a votação na semana que vem. Essa importante votação será na semana que vem e vai apreciar não somente esse veto do governador, como também o projeto de lei que trata da recomposição da dívida junto ao BNDES. Como disse agora há pouco, é uma medida de Estado que vai muito na direção do aperfeiçoamento tanto econômico quanto fiscal das contas do nosso Estado.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Obrigado, deputado Zé Neto.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Questão de ordem, deputado Leur Lomanto Junior.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Sr. Presidente, até quero reconhecer o esforço do meu amigo, Líder do Governo, deputado Zé Neto. Realmente, ele tem suado a camisa para tentar botar deputado do Governo neste plenário. Isso, ao longo das últimas semanas, é o que podemos comparar a correr uma maratona de 42 quilômetros, porque o deputado Zé Neto tem lutado. O meu amigo Nei, coitado, está igual a um doido, tem 2 semanas que liga para tudo quanto é deputado, mas infelizmente.... Espero, deputado Zé Neto, que V. Ex^a, como está colocando aí, consiga votar na próxima semana. Desde que voltamos do recesso, a Bancada do Governo não

consegue se unir para votar. Nem na Comissão de Constituição e Justiça conseguiram dar quórum para votar o projeto. Então, espero que V. Ex^a consiga. Temos aí um feriado... Espero que o governador Rui Costa, que foi passear na China... Inclusive, nós da Bancada de Oposição solicitamos, através de um requerimento de informação, todos os custos dessas últimas viagens do governador Rui Costa à China: o que foi gasto, como foi gasto, quem participou da comitiva e o que verdadeiramente de concreto veio para a Bahia até o momento.

Porque a uma altura dessa do campeonato V.Ex^a vir falar de ponte Salvador-Itaparica... Ora, isso é querer gozar com a cara da população da Bahia. Essa ponte Salvador-Itaparica já serviu de promessa em três eleições, deputado Robinho. É uma vergonha! Na eleição do governador Jaques Wagner, a grande promessa, a grande propaganda é que se iria construir uma ponte Salvador-Itaparica. Na reeleição do governador Jaques Wagner, a grande promessa, o grande sonho é que se iria construir a ponte Salvador-Itaparica. Na eleição do governador Rui Costa, da mesma forma. Até data – até data, deputado Rosemberg! – foi estampada nos principais jornais da nossa cidade. Primeiramente, a ponte seria inaugurada no ano de 2013, depois no ano de 2015. Ora, vamos falar sério, vamos cuidar dos problemas básicos que vêm atravessando os municípios de Vera Cruz e Itaparica – problemas básicos, crônicos, graves que aquela região vem atravessando –, em vez de ficar gozando com a cara da população, viajando para a China, passeando na China, na Ásia, gastando o dinheiro do povo brasileiro. E nada de concreto tem sido trazido aqui pelo atual governador.

É muita propaganda, é muita conversa fiada. Negócio de protocolo de intenção! Assinar um bocado de papel para enganar a população da Bahia! O povo está de olho, o povo está assistindo através das redes de televisão, dos jornais, dos blogs e vão cobrar. Quero ver essa ponte sair, não sai coisa nenhuma! Estão querendo enganar a população do nosso Estado. Se a ferrovia da integração Oeste-Leste e o Porto Sul estão sendo destravados como foram, temos que dar os louros ao presidente Michel Temer. Isso não vi ninguém falar, isso é obra e recurso do governo federal. Então, V.Ex^{as} são muito bons de propaganda. Todo mundo lembra dos *outdoors*, eram três *outdoors* de uma vez, um trem soltando fumaça; era um navio, já navegando pelo Porto Sul e de concreto absolutamente nada, o povo da Bahia continua sofrendo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Obrigado, deputado Leur Lomanto Júnior. Falta 1 minuto e 20 segundos.

A Sr^a Fátima Nunes:- Eu quero 1 minuto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Meu querido amigo, deputado Leur, estou achando que é o Michel Temer que está passeando na China.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- A deputada Fátima Nunes pediu o quórum primeiro, V.Ex^a não está deixando a deputada Fátima falar.

A Sr^a Fátima Nunes:- Sr. Presidente, quero somente dizer o seguinte, não existe vergonha em quem luta, em quem busca todos os dias a possibilidade de melhorar a vida das pessoas, e é isso que o nosso governador faz. Portanto, protesto

contra as palavras do deputado Leur Lomanto. Agora, vergonha mesmo, para nós e para todo mundo, é a mala de dinheiro circulando na internet hoje.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Não havendo número mínimo para a votação, declaro encerrada a presente sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php>. Acesse e leia-as na íntegra.